

# O MOVIMENTO PASSE LIVRE E A LUTA POR TRANSPORTE COLETIVO NO BRASIL: O CASO DO MPL-JOINVILLE\*

Roberta Iara Rodrigues da Silva

## 1. INTRODUÇÃO

*“[...] é algo indescritível sentir a força da ação coletiva das pessoas nas ruas... uma mudança de subjetividade no ar... E estávamos em luta... era muito cansativo, tínhamos sempre que pensar o dia seguinte, correr atrás das coisas, era uma batalha em muitos sentidos. Foi maravilhoso. E não só para mim. Tudo fica muito pequeno perto da ‘revolução’.”*

(Leo Vinicius, **A Guerra da Tarifa**)

O Movimento Passe Livre é um movimento autônomo, apartidário e independente que luta pela transformação do transporte público coletivo, para que seja gratuito e de qualidade: o passe livre é um direito e significa tornar universal o direito de acesso à educação, cultura e ao lazer, sem restrições, haja vista que com um alto custo da tarifa não se respeita as reais necessidades da população e ainda promove a exclusão social. Por esta razão, cerca de 25 cidades brasileiras têm organizados e ativos um MPL, com autonomia local, porém com perspectiva de frente única e de movimento nacional.

Nos pontos a seguir nos dedicaremos a expor o que é, como se forma e como se expressa o Movimento Passe Livre, desde seu surgimento até a constituição do coletivo da cidade de Joinville, como caso de estudo, para aplicar as categorias de Novos Movimentos Sociais, pelo impacto político e de Mobilização de Recursos, por depender de mudanças nos recursos, na organização do grupo e nas oportunidades para a ação coletiva.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são construções mediadas por inversões organizadas construídas por indivíduos baseados nas possibilidades e limites que percebem para produzir um sistema de ação ativando suas relações para os objetivos que perseguem. A ação coletiva é produto da interação, da negociação e da oposição de orientações, além dos atores e objetivos, também o conjunto de valores. Opera sobre: os fins das ações, os meios e o ambiente que se desenvolvem. Da tensão destes três eixos advém a importância de uma última dimensão dos movimentos sociais: as forças de organização e a ação, que dá “unidade aceitável e duradoura” (Melucci, 1994: 158) ao movimento, previamente à sua valoração e ao cálculo do custo e benefício – recursos disponíveis e obstáculos – de sua empreitada. A construção social está em funcionamento quando há ação.

Já os novos movimentos sociais apresentam a ação coletiva com demandas em áreas não consideradas parte dos conflitos sociais que, poderíamos dizer tradicionais – conflitos de classe, cidadania ou entre trabalhadores e patrões – ainda que presentes em diferentes períodos históricos, porém enfatizando novos atores, modelos organizativos e repertórios de ação (protesto, além das greves), que impactam politicamente sobre o resultado – o efeito final da ação – e se suportam pelas redes de relações que produzem a realidade coletiva.

As redes de relações em um movimento social “facilitam os processos de implicação” (Melucci, 1994: 168) e dão força às ações por aumentar o potencial de mobilização, as redes de recrutamento e a motivação para a participação, esta construída com a interação dos indivíduos, influenciando-se reciprocamente, e negociando oportunidades e restrições para produzir as estruturas e motivações para as ações. A construção de processos comuns sustenta a ação coletiva, com reformulação constante, e mobiliza para a formação de um movimento social, reconhecendo-se e apresentando-se como parte do mesmo.

A mobilização, ou “o processo mediante o qual um grupo se assegura do controle coletivo sobre os recursos necessários para a ação coletiva” (Jenkins, 1994: 14) é uma dimensão

importante da ação coletiva que Melucci (1994: 157) “considera o resultado de intenções, recursos e limites, uma orientação intencional construída mediante relações sociais desenvolvidas em um sistema de oportunidades e obrigações”. Não obstante, os indivíduos mobilizados coletivamente em redes têm reduzidos os custos individuais em tomar parte da ação.

Outros fatores têm importância para a formação dos movimentos sociais: os recursos, a organização e as oportunidades políticas, “além das hipóteses tradicionais de descontentamento” (Jenkins, 1994: 5). Esta é a perspectiva da teoria da mobilização de recursos (econômicos, de comunicação, humanos, organização prévia etc.) que põe “uma especial ênfase nas continuidades entre o movimento e as atuações institucionais, na racionalidade dos atores dos movimentos, nos problemas estratégicos que os afrontam e no papel dos movimentos como agentes de mudança social” (Jenkins, 1994: 7), vale dizer, que alteram elementos da estrutura social por se orientarem a objetivos fixos e que podem ser avaliados seus êxitos.

Jenkins fala do aspecto de que “o potencial de mobilização está em boa medida determinado pelo grau de organização de grupo pré-existente” (p.22): identidades compartilhadas, integração em redes interpessoais, capacidade de organização e capacidades legais, e o trabalho não especializado dos atores, podem mobilizar facilmente os membros e são bases para incentivos coletivos – solidariedade de grupo e o compromisso moral para as amplas comunidades em nome das quais se atua (Jenkins, 1994). Do exposto, as estratégias de captação assumem característica também relevante, segundo Melucci (1994: 174) “os militantes e ativistas são sempre recrutados entre os que estão altamente integrados na estrutura social, jogam um papel central nas redes a que pertencem e tem a sua disposição recursos cognitivos e relações substanciais”.

Outro ponto importante é a estrutura organizativa: a estrutura burocrática é essencial à consecução de mudanças institucionais, por outro lado a estrutura descentralizada mobiliza uma participação de base e assegura a permanência do grupo – o custo é a efetividade estratégica –, porém “os efeitos dos movimentos dependem em boa medida de um contexto político mais amplo” (Jenkins, 1994: 30), ou seja, também o apoio/oposição das organizações de interesses estabelecidos e de outros movimentos.

A legitimidade do movimento frente à sociedade é também um fator importante: o “setor da população que, por causa de sua situação, mantenha atitudes favoráveis para certo movimento ou para certos temas” (Melucci, 1994: 167), mas também o desafio da mobilização massiva e da opinião pública; seu apoio adquire uma importância crítica.

Será a maneira que se conduzem os protestos, conforme seja pacífico ou violento, e todos os modos que produzam mudanças sociais que vão indicar se são eficazes ou contraproducentes. Nele é decisiva a cobertura informativa por parte dos meios de comunicação acerca das ações do movimento e a imagem dos militantes – pelo caráter de novidade, segundo Jenkins (1994: 35), “transitar em uma estreita linha entre a excentricidade (que aliena a terceiros, porém assegura a cobertura informativa) e o convencional (que pode ser persuasiva, porém que é ignorada pelos meios de comunicação)”.

Porém o mesmo autor acrescenta mais adiante que “as notícias se centram mais na ação que no contexto” (p.35), e devido a esta vulnerabilidade, um movimento terá que desenvolver alianças independentemente da mídia para ter êxito.

Um das possibilidades é a entrada no âmbito da comunidade política que “ocasiona um incremento qualitativo nos resultados da ação coletiva e protege o movimento da repressão” (Jenkins, 1994: 36). No entanto, do modo como se apresenta, um movimento se articula e permanece, embora seus membros percebam que a demanda não seja atendida ou que seus objetivos possam ser ampliados, e a sua identidade e interação interpessoal é forte ou sujeita a incentivos seletivos para a consecução de um bem coletivo.

### 3. UM POUCO DE HISTÓRIA

*“[...] Como dizia, a “guerra da tarifa” não foi uma revolução, não esteve tão distante de ser uma insurreição, mas continha a emergência da força coletiva e popular que modifica o ambiente, modifica nossas*

*sensações, nosso espírito e que está na própria essência das revoluções e insurreições...”*  
(Leo Vinicius, *A Guerra da Tarifa*)

O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social brasileiro que luta por um transporte coletivo público, fora da iniciativa privada, e que elabora suas cartas de princípios sob a perspectiva estratégica da luta em repúdio à concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade sob controle público dos trabalhadores e usuários.

Seus princípios e a idéia de um movimento foram gestados com os protestos na cidade de Salvador, em 2003, quando jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras interromperam as vias públicas, protestando contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, e em sua ação paralisaram a cidade por dez dias.

Um ano mais tarde, ao sul do país, na cidade de Florianópolis, inspirados pelo antecedente do nordeste brasileiro, um grupo de estudantes articulou os protestos por redução dos preços das passagens. A chamada Revolta da Catraca teve a participação de estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e a população em geral, igualmente com ações que paralisaram a cidade por dias.

Na cidade de Florianópolis o movimento se articulou como uma dissidência da Juventude Revolução, movimento ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT), na corrente chamada O Trabalho (hoje Esquerda Marxista), que em sua estrutura aglutina muitos movimentos sociais desde a década de 1990. A Juventude Revolução Independente se desvincula dos partidos políticos na luta pelo passe livre, se conformando embrionariamente o MPL como um movimento de transição cujas ações de protesto explodiram em 2004 nesta cidade.

As experiências fizeram que o movimento pelo passe livre de Florianópolis organizasse, no V Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre em janeiro de 2005, uma grande reunião plenária com pessoas de diversas cidades do país que participaram de lutas irrompidas por aumento de preços, que contou com 29 delegações. Dali nasceu oficialmente o Movimento Passe Livre, hoje em dia presente nas principais cidades de todas as regiões do Brasil, com a consigna “Passe Livre Já!”.

Uma das principais bandeiras do MPL é a migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todos os setores da população. Reivindica também o passe livre aos estudantes para seu acesso pleno a todo tipo de atividade cultural, desportiva e de desenvolvimento humano, como bibliotecas, teatros, cinemas, praças e, principalmente, as escolas. E desde que a Constituição brasileira prevê em seu artigo 208 que é dever do Estado garantir o acesso à educação, se requer uma ampla reforma no transporte coletivo, que é tanto a perspectiva estratégica quanto o objetivo do MPL.

#### **4. ORGANIZAÇÃO**

A organização do MPL é por princípios básicos, aprovados na mesma plenária do V FSM. São eles: independência, apartidarismo, horizontalidade e decisões por consenso, incluindo as modificações aos princípios mesmos; as deliberações não referentes aos princípios prevêm, em último caso, recurso ao voto. De acordo com o MPL, tais princípios são a melhor e a mais justa forma para conquistar sua participação política, organizar a população com o fim de criar um ambiente revolucionário.

Em 2006, no III Encontro Nacional do MPL, se acrescentou como princípio o federalismo. O pacto federativo é orgânico à medida que há realmente apoio mútuo entre os coletivos, o que garanta a existência do movimento em nível nacional, com o estabelecimento de redes de contato inter-coletivos, aproximando-os uns dos outros.

Os encontros nacionais, o jornal nacional do movimento e as ações conjuntas são organizados através dos Grupos de Trabalho Nacionais, forma de articulação nacional do Movimento, que substitui o que poderia funcionar centralizada e hierarquicamente, porém em desacordo com o princípio básico de horizontalidade.

Suas ações passam por trabalhos de divulgação, estudos e análises dos sistemas de transporte nas principais cidades brasileiras, levando as informações a diversos setores em cada município. Por outro lado, uma característica evidente desde seu surgimento são as manifestações de ação direta, intervenções lúdicas e leis de iniciativa popular para pressionar o poder público e fazer sua política de transporte coletivo de livre acesso e pelo passe livre estudantil.

Instituiu-se um dia nacional de luta pelo Passe Livre, com primeira edição em 26 de outubro de 2005, com protestos realizados em 14 cidades. O significado da data é que foi o dia no qual um projeto de lei de iniciativa popular do passe livre foi votado na câmara de vereadores de Florianópolis, posteriormente aprovado em 04 de novembro.

## 5. ESTRATÉGIAS

A crise do transporte coletivo urbano se tem manifestado em quase todo país, com maior ou menor força, conforme existam organizações de luta. De acordo com o militante do MPL Joinville, Francisco, se trata de "uma lógica que privilegia o espaço urbano como centro dos conflitos sociais".

As lutas pelo transporte tem sido parte da história das demandas, porém na década de 80 seu caráter era compensatório, segundo relata Francisco, na medida em que servia mais para corrigir "os descabros do crescimento desordenado das cidades do que, efetivamente, criticar essa realidade – ainda que se construísse isso de modo embrionário. A crise qual o MPL enfrenta a meu ver tem outro caráter. A princípio, não sei dizer, exatamente, qual, mas sugeriria algo mais estrutural, como a própria organização da urbe com seus carros e com a dificuldade imensa de mobilidade. Não sei".

Em função desta crise, o MPL utiliza a luta pelo passe livre estudantil como instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano. Para tanto se torna relevante mobilizar jovens e trabalhadores e trabalhadoras para a expropriação do transporte coletivo das mãos da iniciativa privada.

Em sua perspectiva estratégica também estão discussões sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, a relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social, sobre os quais incidem a questão do transporte coletivo.

Estas conversas ocorrem em reuniões, nas visitas a escolas e a grupos de jovens envolvidos com a Igreja Católica e "todo e qualquer espaço que seja cedido ao movimento cujo diálogo seja possível" para apresentar o MPL, suas características e objetivos, bem como a maneira que se aplicaria o passe livre. Podem utilizar recursos de exposições de vídeo e folhetos. Nas ações, sejam intervenções, manifestações políticas ou arrecadação de assinaturas, também se apresenta o movimento.

Em razão de sua estratégia, o MPL se soma também a outros movimentos revolucionários que rebatem a ordem vigente. Por isso, como movimento, participa de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, tal como no Fórum Social Mundial e com o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sempre analisando o que é possível fazer com a conjuntura local e, ao mesmo tempo, lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais.

## 5. MPL JOINVILLE

Pouco depois da criação do MPL nacional se organizou o MPL de Joinville (28/05/2005), a princípio por um grupo de três estudantes – um deles é Francisco –, e um trabalhador, operário de uma multinacional, que estabeleceram contato com o movimento em Florianópolis e empreenderam ações para barrar o aumento das tarifas, mas também debates, mostras de vídeo e outras atividades, além disso, desfiles de carnaval e de Sete de setembro. Atuam estrategicamente das formas mais diferentes e inusitadas, referentes prioritariamente ao objetivo, com conversações e manifestações.

Em Joinville alguns bloqueios de rua foram tentados, mas devido ao baixo número de participantes, em geral, não tiveram êxito, à diferença dos protestos realizados em Salvador e Florianópolis. A forma protesto é um aspecto estratégico importante, porém ambíguo, pois segundo Leo Vinicius, militante do MPL Florianópolis e autor dos livros **A Guerra da Tarifa (2004)** e **A Guerra da Tarifa 2005: uma visão de dentro do MPL (2005)**:

*As manifestações de protesto e revolta mais enérgicas, mais “mal-educadas”, com caráter de confronto, descontrolo e/ou destruição de propriedade, em geral trazem consigo os seguintes aspectos: 1) são as que realmente criam medo no poder, demonstram que a disciplina que sustenta a ordem estabelecida está sendo corrompida pela revolta popular, e o poder só cede por medo; 2) justificam mais facilmente a criminalização do movimento, tanto pela mídia quanto pelas autoridades; 3) torna o movimento mais fácil de ser isolado do restante da sociedade; 4) grande parte das vezes faz com que o movimento tenda a ficar restrito a um grupo ou setor social (claro que isso depende do nível de “mal-educação” das manifestações e do nível de disseminação da insatisfação que gerou os protestos na população); 5) produzem mercadoria-notícia de alto valor para a imprensa capitalista, dando visibilidade local, nacional e até internacional ao movimento, o que por vários motivos é positivo.*

*As manifestações “bem-educadas”, “pacíficas”, ou seja, passeatas e concentrações, por sua vez: 1) preocupam muito pouco as autoridades e são pouco capazes de criar real pressão para que os que têm poder cedam; 2) favorecem a que a opinião pública tenha uma boa imagem do movimento; 3) dificultam a criminalização do movimento; 4) em geral propiciam uma maior participação de vários setores da sociedade; 5) dificultam seu isolamento em relação ao resto da sociedade” (p. 47).*

A grande expansão do movimento se dá em épocas de aumento de tarifas. Os participantes das manifestações eventualmente se interessam e voltam para assim participar ativamente; efetivamente, são jovens entre 14 e 24/25 anos, estudantes, a maioria de escolas e faculdades privadas e com um nível de renda que lhes permite suportar as expensas de uma militância política.

O MPL Joinville procura articular uma organização em núcleos por escolas/faculdades e já tem dois núcleos em universidades, com bastante militantes. Concluíram que o público deve ser de estudantes, mais afetados com aumentos de tarifas, tal como os desempregados e trabalhadores sem carteira – os trabalhadores em situação legal recebem vales-transporte e têm um desconto de 6% sobre seus salários, independente do custo do transporte, e isso restringe sua participação – porém a característica mesma da cidade de Joinville, direitista, da ordem e do trabalho, dificulta o diálogo com quem não é estudante, porém, uma vez que esse setor esteja apoiando a luta, torna-se mais fácil que os pais apóiem o movimento.

O transporte coletivo em Joinville é explorado por duas empresas privadas com isenção do imposto municipal em 3% em relação a outros negócios, e ao contrário do que se vê nas demais cidades do país não há cobradores nos ônibus, diminuindo o número de empregados no serviço. A tarifa se aumenta por decreto. Em 2003, após o terceiro aumento consecutivo em menos de 12 meses, em razão da integração do sistema de transporte (para ir a qualquer parte da cidade com apenas uma passagem, que é de se destacar, tem em Joinville dois preços distintos, de acordo com sua compra antecipada ou ao subir no coletivo): houve mobilizações “que chegaram a reunir três mil pessoas nas praças da cidade, em quatro dias ininterruptos de luta, sem êxito.”

No entanto, Francisco analisa que as lutas geraram um dividendo político: uma pequena geração foi renovada. Particularmente é neste momento que ele se une a outros jovens e se aproximam da Juventude Revolução, organização que como já referimos, na época compunha a luta pelo transporte e levava de maneira mais ou menos séria a luta pelo passe livre. “É a partir desse contato que, sob a influência da JR, vamos constituir um grêmio na escola”.

Neste cenário, os empresários são tomados como os principais responsáveis pela situação privatizada do transporte. A relação dos militantes com eles é de franca oposição, denúncia e luta política: “não são parte do círculo de corpos sociais com os quais temos contato”. Tal qual com o governo, que mantém uma relação orgânica com os empresários e não tem atendido a demanda do

movimento; “a idéia do passe livre é incorporá-lo ao Estado em forma de lei”. Ainda sim, “não são considerados parceiros tampouco colaboradores”.

O Passe Livre tem sido uma bandeira histórica das esquerdas e presente nos programas e práticas de vários partidos brasileiros, dado que o transporte coletivo possui uma organização, funcionamento e legislação, invariavelmente, municipais – no máximo metropolitana –, e desta forma os políticos têm espaço de interferir e criar leis sobre o tema, como plataforma; sendo assim, algumas cidades brasileiras têm legislações sobre, por exemplo, que os estudantes tenham a metade da passagem subvencionada pelo governo ou que haja tarifas sociais estendidas a toda a população etc.

No entanto, os partidos políticos têm sua participação vetada no movimento, ainda que militantes que sejam filiados possam contribuir como indivíduos. Como a corrente do PT Esquerda Marxista, de forte orientação trotskista, monopolizava grande parte das lutas sociais na cidade, o MPL Joinville se viu na obrigação de estabelecer um diálogo em momentos de crise, fazendo alianças pontuais contra o aumento da tarifa. “Algumas vezes a relação foi tensa, em outras, mais harmônica”.

Em parte, o fato de o MPL estar funcionando dentro dos princípios básicos em que se organiza pode implicar em tal relação; vale sublinhar que a luta se articulou de uma dissidência de uma organização de jovens ligada àquela mesma corrente do PT, que tem uma maneira mais tradicional de organização, com centralização política, enquanto que no MPL a forma é mais “plural, democrática, aberta”. Não se votam propostas, mas sim conversam até chegar a um consenso que agrade a todos – por isso as reuniões são invariavelmente longas e às vezes a falta de envolvimento dos militantes gera uma sobrecarga de funções a um militante do grupo.

Este é um fator problemático nas características de mobilização: os estudantes das faculdades privadas trabalham e é consumido o tempo para exercer as tarefas de comunicação e atividades de visitas às escolas, e por outro lado há a dificuldade de entrar nas escolas secundárias públicas, no que resulta o menor vínculo com estes estudantes, exceto se possam ser mobilizados por fora de suas escolas.

A capacidade de mobilização é mediana – têm registrado 500 pessoas em uma situação de aumento e 120 pessoas no Dia do Passe Livre, 26 de outubro. E porque os recursos humanos são um fator complicado, dado que nem todos os militantes estão disponíveis para as tarefas que o Movimento envolve, se descobriu no sítio de relacionamentos do Orkut, onde mantém uma comunidade virtual, uma ferramenta de convocatória, mais massiva que os cartazes, panfletos e *e-mails*. Além disso, a comunicação tem recursos de um *blogue*, uma *newsletter* e enviam à imprensa resenhas quando ocorre algum evento. Se não tem uma grande cobertura, usam dos recursos oferecidos pelo google.com como enquetes, vídeos e slides, em alguma medida, porém ainda com restrições. Para manter o MPL Joinville e todas as atividades permanentes e autônomas do movimento, os militantes vendem camisetas do movimento e fazem festas com bandas de música com o fim de arrecadar dinheiro. Além disso, também contribuem regularmente com o subsídio de somas de dinheiro para aplicar nas próprias ações.

## 6. UMA ANÁLISE DO MPL JOINVILLE

A situação de emergência de um movimento social como o do Passe Livre é a de um desafio, coletivo e público, a condições sociais que desagradam – o aumento de tarifas do transporte público, excluindo muitos dos usuários de acessar o serviço – e que leva a que reclamações compartilhadas coletivamente, sejam objeto de resoluções compartilhadas coletivamente, ainda que a maneira que possam adotar seja a de expressão do descontentamento.

O que faz o MPL é expressar de maneira contínua e articulada o descontentamento por ações de protesto, denúncia, mobilização e contra-informação para levar sua demanda, contra os aumentos e a favor da migração do transporte da iniciativa privada ao âmbito público, e de conseguir o passe livre aos estudantes.

Neste sentido, tendo em consideração a condição de ameaça anterior ao interesse dos agentes nas ações de protesto, pode-se dizer que as manifestações de protesto social de Salvador foram ações de um **movimento** não previamente existente (Schuster, 2005: 45–6), surgidas do nada,

porém se perpetuando em um movimento que continuou, se estendeu espaço-temporalmente a um conjunto de ações caracterizando o Movimento Passe Livre e a sustentação de sua demanda.

Em Florianópolis o protesto foi uma expressão visível de um movimento que se derivou de uma organização prévia, estruturalmente ligada à corrente O Trabalho. Esta organização se formava como embrião do que caracteriza um movimento social: identidade coletiva, organização, continuidade no tempo, extensão no espaço (Schuster, 2005: 48).

Em uma cidade como Joinville, na qual do clima cultural não se pode dizer que seja propício aos esforços de mobilização, se levanta um grupo coordenado para expressar opiniões e dar a conhecer modos de vida e pensar distintos, mais do que se adaptar às livres regulações de um ator – o Estado, ausente de satisfazer à população uma necessidade básica: ir ao trabalho, ir à escola, ir a atividades culturais e de lazer utilizando um transporte **público** – aliado à outro ator – o empresário, buscando gananciosamente a exploração privada daquele serviço essencial – o transporte coletivo.

O que o MPL tem feito desde 2005, e que remete às lutas pelo transporte desde 2003 como um marco do que podia ser e do que se tornou, é evidenciar a emergência da descontinuidade da ordem social, com sua luta em várias cidades brasileiras.

A participação em tal movimento implica tanto tomar parte de uma rede de relações sociais, quanto definir e interpretar sua realidade para desenvolver ações racionais que se orientem a objetivos fixos. Não se exclui a possibilidade de free-riders\*, porém o MPL aglutina militantes que tem experiências compartilhadas ou pelo menos prévias e uma percepção da situação, da estrutura social e de seu papel como agente de uma mudança – entendem que seu plano pode demorar a consolidar-se, porém adotam uma resposta realista e constroem uma ação coletiva, dirigida, efetiva, de trabalhar um aspecto mais amplo sobre a demanda.

A luta por transporte público, fora da iniciativa privada, gratuito e de qualidade, articula-se com estratégias de: aproximarem-se a conceitos de cidade, de transporte, de passe livre; de mobilizar estudantes e setores da população em diálogos para apresentar o movimento; de levar adiante a demanda do passe livre como um direito, em ações de protesto. Certamente, confrontam problemas, não é um ator político, mas sim social que faz política, e tal requer que se adaptem mecanismos de mobilização – baseados não tão somente nos atores, nos valores e objetivos, porém principalmente nas formas de organização e ação – que tem a ver com suas possibilidades e limites (os meios).

Se lhes falta atuação institucional, por outro lado têm repertório de acordo com o âmbito em que se desenvolve a ação – por exemplo, recolhimento de assinaturas para um projeto de lei sobre o passe livre, mas também partem de explicar o que é e como funcionaria o passe livre em tarefas de apresentação do movimento, em formas distintas e distintivas: bicicletadas, protestos em que já se fantasiaram de palhaços ou se puseram sacos plásticos na cabeça ou passeatas e discursos, desfiles de carnaval, sem perder a perspectiva do urbano.

São inversões organizadas, com evidência na mídia ao mesmo tempo em que têm seus próprios recursos de comunicação. Talvez fosse de considerar apenas a forma, ponto que pode apresentar-se controvérsio frente aos recursos humanos, porém em um sistema de ação social cuja unidade é o resultado – e este é um ponto de chegada – deveria apresentar-se mais eficiente. Haja vista que os fins, o sentido que tem a ação para os atores é suficientemente claro, para que o movimento se constitua como uma organização, tal como é a do MPL com princípios de independência, autonomia, apartidarismo e, por consequência, autocrítica na negociação e tomada de decisões de seus atores atuando coletivamente; é necessário buscar mais consistência, tal como já lhes é coerente, em mostrar sua potência política frente ao objetivo que perseguem.

## 7. CONCLUSÃO

Este trabalho foi conduzido com o propósito de analisar o Movimento Passe Livre – Joinville a partir de conceitos de impacto político e mudança social, recursos, organização e oportunidades para ação coletiva em um movimento social de luta por transporte coletivo público.

Configurava-se um novo movimento social pela novidade dos repertórios de ação utilizados, e do modelo organizativo adotando recursos alternativos de mobilização de redes de relações que se integram tendo em vista o objetivo imediato de barrar aumentos, e estratégico de passe livre para estudantes.

Em um contexto político mais amplo, se mobiliza ou convenientemente se estabelecem alianças com outros movimentos sociais e organizações de interesse, nos protestos ou nas ações políticas: partidos, pais, trabalhadores etc. convergindo interesses. O ambiente é sempre a cidade, o meio urbano, ruas e espaços, enquanto que a forma varia como meio de assegurar o recrutamento, a captação e a permanência de militantes, e dar legitimidade à luta do MPL.

Ao mesmo tempo se equilibra desta forma o custo-benefício do envolvimento com o movimento para produzir seu sistema de ação, que principalmente reflete na descontinuidade da ordem social, como um ator coletivo que interfere na negociação que existe entre governo e empresas de transporte no estabelecimento das tarifas, ponto de partida dos descontentamentos e também dos questionamentos sobre transporte e cidade – outra novidade do MPL.

Apresentamos o movimento e analisamos para o caso escolhido os problemas estratégicos que advêm do controle e limite de recursos disponíveis, da organização, e da oportunidade política.

Concluimos sobre as possibilidades à potência política do MPL Joinville, onde o tempo dos militantes e o acesso a divulgar seus objetivos e prospectar recursos humanos para consistência do movimento se convertem pontos críticos e demandam sobre recursos financeiros para comunicar sua luta. Em suma, será a forma – os repertórios – que o MPL Joinville adote que influenciará sobre os êxitos em relação aos objetivos.

Contudo, resta dizer que uma investigação como a que derivou este trabalho também para ser mais consistente deveria utilizar uma metodologia não tão somente fundada em entrevistas e consultas a dados primários, mas bem requereria de observar em campo, dentro da perspectiva do processo, e brindar referencial mais completo a um movimento gestado em um marco de um novo ciclo de lutas sociais urbanas, que se tem articulado no país com caráter de independência, autonomia e rebeldia.

## REFERÊNCIAS

### 1. Bibliografia

- Jenkins, J C. “La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales”. **Zona Abierta**, 69: 5–49. Madrid, Pablo Iglesias, 1994.
- Melucci, A. “Asumir un compromiso: Identidad y movilización en los movimientos sociales”. **Zona Abierta**, 69: 153–180. Madrid, Pablo Iglesias, 1994.
- Schuster, F. “Las protestas sociales y el estudio de la acción colectiva”. In: Schuster, F.; Naishtat, F.; Nardacchione, G. y Pereyra, S. (comp.). **Tomar la Palabra. Estudios sobre protesta social y acción colectiva en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires, Prometeo, 2005.
- Vinicius, L. **A Guerra da Tarifa**. São Paulo, Faísca, 2004.
- Vinicius, L. **A Guerra da Tarifa 2005: uma visão de dentro do MPL**. São Paulo, Faísca, 2005.

### 2. Sítios de internet

**Centro de Mídia Independente** [<http://www.midiaindependente.org/>]

**Blogue do MPL Joinville** [<http://www.mpljoinville.blogspot.com/>]

### 3. Militantes entrevistados

**Francisco**, 21 anos, estudante de Filosofia, ex-militante da Juventude Revolução, que desde 2001 levava a luta pelo passe livre em Joinville, havia também participado de um grêmio estudantil no ensino médio na mesma época que participava dessa organização. Sabendo das excelentes oportunidades que a luta tal como desenvolvida em Florianópolis proporcionava, pôs-se em contato com militantes (dissidentes expulsos da JR em razão de uma controvérsia política), quando já havia sido realizada a Plenária Nacional do Passe Livre no Fórum Social Mundial, em 29 de janeiro de 2005, na tenda Intergalatikus, sem a participação de qualquer pessoa de Joinville. Conhecendo as resoluções derivadas da plenária, começou, com outro companheiro da JR, “uma batalha política

no interior da JR para que a organização assumisse a luta desta maneira [sob as mesmas resoluções], haja vista que identificávamos que o fracasso da luta se devia, entre outros fatores, a subordinação do passe livre a outros compromissos, desde uma eleição de DCE ou algum contratempo conjuntural até uma eleição municipal. Debatendo internamente na JR, fomos rechaçados, boicotados e posteriormente expulsos. Diante dessa situação, conversamos com os militantes de Florianópolis, e, após a vinda de três deles a Joinville, fundamos, junto a mais dois companheiros de Joinville, o MPL”.

**Camarada L.**, 21 anos, estudante de Jornalismo e trabalhador em um jornal impresso. Teve prévia participação eleitoral em um grêmio estudantil no ensino médio pouco antes de se formar, quando conheceu Francisco. Na universidade, presidiu o Diretório Central dos Estudantes (DCE), “uma das piores experiências que já tive. Movimento sem estrutura, estudantes desmotivados e uma chapa de 17 pessoas que ao final se tornou nada mais que três. Não conseguimos nada, tão-somente a carteirinha de estudante que garantia meio entrada em cinemas e eventos culturais”. Por isso percebe o MPL como uma “alternativa de militância viável em comparação às entidades estudantis controladas por partidos políticos de esquerda. Também uma alternativa para quem queira fazer política sem ter que se preocupar com o calendário eleitoral”. Foi por intermédio de Francisco que o Camarada L. se envolveu com o MPL, depois de ter conhecido o movimento, sua história, detalhes e conquistas de Florianópolis, na época que era ainda candidato ao DCE e começava a dedicar-se ao “movimento estudantil tradicional e terminou entrando, ao mesmo tempo, no novo movimento estudantil”.